

LÍNGUA E GOVERNAÇÃO

Há um consenso unânime nas Ciências Humanas no que toca à abordagem sobre a importância fundamental que as línguas maternas tiveram no processo de hominização do Homem, a par de outros factores, nomeadamente de ordem biológica, antropológica, física e social.

Sendo o homem, um animal gregário, ao constituir-se em sociedade, a natureza e o processo dessa condição de ser gregário assenta sobretudo na comunicação. E o domínio de um instrumento de comunicação capaz de se desdobrar em articulações que poupam o esforço de armazenar na memória a forma de cada mensagem constituiu um grande salto nesse processo de hominização. Isto é, a capacidade de articular os sinais de modo a construir múltiplas mensagens, concedeu ao homem a primazia na evolução de formas de organização social e o domínio sobre a natureza. Este instrumento é a língua. É através dela que as sociedades se estabeleceram, percorrendo os caminhos da História de cada um e da Humanidade como um todo. É através dela que ocupou territórios e criou bases institucionais de regulação das relações dos membros de cada grupo entre si e de si para fora de cada grupo. É através dela que se organizou todo o sistema de valores, sedimentou hábitos e costumes, arquivou memórias, projectou o homem para o Além depois da morte enquanto indivíduo, o que permitiu a criação do sujeito colectivo que marca a identidade de cada um no tempo e no espaço. A língua é, simultaneamente, instrumento da vida e da morte, do senhor e do servo, do rico e do pobre, da guerra e da paz, da democracia e da ditadura.

_____ // _____

Abordar a questão da língua na perspectiva da governação é pegar no que de essencial caracteriza o homem enquanto ser social. A governação é uma necessidade básica para a sobrevivência de cada grupo e humanidade e o estabelecimento de sistemas institucionais em canais interactivos que permitam que cada elemento que integra um determinado grupo social seja capaz de reconstruir o seu lugar, a sua função,

os seus deveres, os seus direitos. E é através da língua enquanto instrumento da comunicação com características universais que diversos povos de variadas línguas foram contactando uns com outros, nas mais diversificadas circunstâncias que a história da humanidade tem registado.

Do comércio, da guerra, passando pelos contactos diplomáticos, dos casamentos, da aventura até à dominação e à ocupação de territórios e implantação do poder do ocupante, a língua teve sempre um papel fundamental.

Assim, a língua portuguesa, esta nossa língua de que tanto nos orgulhamos de a partilhar com outros povos irmãos da Europa, América, Ásia e Oceania, não teve percurso histórico diferente. Imortalizada pelo poeta mor da língua, Luís de Camões, esta língua viajou e implantou-se no mundo, debaixo da metáfora que caracterizou a expansão portuguesa. “*Numa mão a cruz, noutra a espada*”. Este verso do maior poema épico português é um paradigma para muitas outras línguas, que a história nos apresenta, de como elas foram, nos primórdios, suportes da saga dos seus falantes.

Num dos muitos seminários sobre a Língua Portuguesa em que participei, realizado na Escola Superior de Educação de Santarém, em 1989, o investigador polaco, Eugenius Rzewski apresentou um documento de natureza diplomática datado de finais do século XVI em que o Embaixador de um dos emiratos do Golfo Pérsico no Zanzibar comunicava ao seu Sheik do estado das relações comerciais no norte do Oceano Índico, em língua portuguesa, usando, no entanto, a grafia árabe. Este documento de correspondência diplomática demonstra quão importante era a língua portuguesa na região, no que tange às relações internacionais, na época. A história explica porque razão assim acontecia. A importância da língua portuguesa no concerto das nações foi acompanhando o declínio do poderio do núcleo dos seus falantes. Isso a história também no-lo diz.

Quando no início da década de 90, Moçambique aderiu à Comunidade Britânica, houve comoção em certos círculos portugueses e o principal receio era o futuro da língua portuguesa num contexto semelhante, cenários foram traçados em debates públicos, nos jornais, rádios, televisão, colóquios e conversas de café. Temos isso ainda fresco na memória. Era como se de repente se se tivesse dado conta do estado de letargia prevaiente após as independências das colónias africanas e que urgia num toque a

rebate, juntar esforços e fazer qualquer coisa pela língua e seus falantes. Assim, aconteceram coisas tais como as movimentações à volta de um Acordo Ortográfico, a Cimeira de São Luís do Maranhão, convocada por José Sarney para criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa e a hábil movimentação diplomática do falecido Embaixador José Aparecido de Oliveira para convencer os países da importância da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Estes são quanto a mim os três acontecimentos principais à volta da língua portuguesa enquanto língua global na governação dos povos falantes deste idioma e ponto de partida para a sua reinternacionalização apresentando como peso específico a partir da soma da importância de cada País e de todos no concerto global. Deixo à consideração de cada um a avaliação dos efeitos práticos que as três iniciativas tiveram sobre nós próprios e sobre os outros. Entretanto, é preocupante verificar que as instituições ligadas à questão da língua e que de certa forma acabam por fazer recair sobre os respectivos povos os efeitos das suas acções, em cada um dos nossos Países, têm demonstrado grandes dificuldades em movimentar-se no sentido de conjugar esforços para produzir políticas comuns, colhendo benefícios globais que beneficiem todos.

Quando nos propomos debater Língua e Governação, é suposto que o que pretendemos é apontar os contornos que nos levem à boa governação na matéria. Os nossos Países possuem instituições que têm por missão cuidar da boa gestão das políticas da língua em todas as esferas de governação interna, educação, cultura, administração pública, legislação, administração da justiça, comunicação social e todos os demais actos de gestão de uma nação, bem como também na esfera internacional, nomeadamente nas instituições internacionais em que a adopção de multilinguismo inseriu a língua portuguesa como língua oficial e ou de trabalho. Que balanço podemos fazer sobre esta questão hoje? Nem que seja sumário, vamos por partes: Tomei posse como Presidente do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa em Outubro de 1994 e o primeiro acto foi o de visitar todos os países de Língua Portuguesa, tendo conferenciado com os responsáveis das políticas da língua em cada um deles, nomeadamente , o Presidente do Instituto Camões, em Portugal, o Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, no Brasil, Ministros da Educação e/ou Cultura de Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, para além de demais contactos com

instituições com objectivos afins. A matéria abordada foi sempre a mesma, como engendrar um plano que levasse ao incremento de acções tendentes a tornar a língua portuguesa um instrumento de comunicação com prestígio na governação das nossas vidas, interna e internacionalmente. Os vários dossiers trocados em correspondência oficial e oficiosa, jazem hoje nos arquivos das nossas instituições. Em algumas dessas instituições, mudaram as caras dos seus dirigentes e a memória institucional perdeu-se.

Em 1995, era Secretário Adjunto do OUA o moçambicano, Embaixador Daniel António, que me convidou a deslocar-me a Addis Abeba para, in loco, verificar o estado deplorável em que se encontrava o grupo de língua portuguesa naquela organização internacional dirigida pela diplomata angolana Olga Lima. Um relatório circunstanciado foi elaborado por uma equipa técnica que fiz deslocar a Etiópia e dirigida pelo catedrático moçambicano, o linguista Armando Jorge Lopes. Esse relatório foi enviado a todas as instituições acima referidas. O que se seguiu, abstenho-me de relatar aqui. Importa apenas referir que 13 anos depois, aquando da última cimeira da União Africana também em Addis Abeba, em Janeiro de 2008, a delegação moçambicana insurgiu-se pelo facto de não haver documentos em português e na tradução simultânea nos terem informado que não haveria o canal em português. Quero referir, no entanto, com muito orgulho e emoção, que o Presidente Guebuza, quando fez a sua intervenção, fê-lo em português. Desconheço qual foi o efeito na galeria dos tradutores. Só sei que foi entendido nas línguas em presença, o inglês, francês e árabe, não imagino com que qualidade.

Em 2006, numa reunião do Conselho de Reitores, realizada em Nampula, foi reconhecido o estado cada vez mais deplorável em que se encontrava o uso da língua portuguesa em Moçambique, sem qualquer forma de regulação, os vários sectores de governação da língua perderam o controlo do seu uso.

A noção de erro deixou de ter consistência. Não há regra gramatical que sobreviva ao prevalecente caos nas redacções da comunicação social escrita e audio visual, nas alegações jurídicas escritas e ou orais, na arena forense, nas escolas, nos anúncios afixados, nos textos produzidos em diferentes esferas da vida do País, enfim. Os Reitores, cientes da gravidade da situação, fizeram constar no comunicado da reunião que alguma coisa devia ser feita para parar com o caos no uso da língua que é um dos

instrumentos que configuram a nossa soberania. Julgo que este problema não é vivido apenas em Moçambique, por isso falar de Língua Global e Governação implica ter consciência dos principais constrangimentos comuns de modo a sermos capazes de traçar um plano de acções que visem objectivos que tragam benefícios palpáveis para o conjunto. Os perigos não vêm apenas do exterior, mas sobretudo das nossas fraquezas. Samora dizia que quando o inimigo entra na nossa casa, alguém de nós lhe abriu a porta, e eu acrescento, talvez não tenha colocado a melhor tranca ou, quem sabe, se esqueceu mesmo de trancar a porta?

Muitos linguistas e outros estudiosos da língua portuguesa fizeram-nos acreditar que uma certa ficção africana que fez da transgressão linguística o recurso fundamental para a automização das literaturas desses países face ao corpus português configurava a eventual evolução da língua falada e escrita, apresentando-se esses textos como paradigmas do futuro da língua portuguesa em África. Este pressuposto deu algum do suporte teórico que está a trazer muita dor de cabeça aos professores da língua portuguesa nos diversos graus de ensino do nosso País. Nos finais de 2007, no Rio de Janeiro, num colóquio sobre Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Luandino Vieira, quiçá, o escritor africano mais celebrado, ao papel pioneiro que teve no que toca à transgressão linguística, distanciava-se dessa percepção, confinando tal fenómeno ao seu tempo histórico, não lhe dando natureza premonitória no que à evolução da língua referia. Luandino Vieira encorajou os jovens escritores a cultivarem a literatura africana buscando outros cânones estéticos, libertando-se da obsessão de que o bom é transgredir a norma da língua. Com ele concordamos plenamente, porque a literatura africana como arte deve esgrimir os seus argumentos na mesma galeria onde se encontram outras literaturas, apresentando propostas estéticas que imponham a sua universalização.

Cada vez mais nos escondemos por detrás de uma enorme falácia de que somos mais de duzentos milhões de falantes desta língua e que só esse facto serve para impor aos outros o reconhecimento da nossa importância. A adjuvar o argumento da quantidade, dizemos também que a nossa língua é falada em todos os continentes. Embora os factos sejam reais, a nossa experiência porém tem demonstrado que, apesar disso, poucos proveitos temos conseguido na procura de protagonismo na arena internacional. Pode ser que os outros não nos reconheçam com peso económico e

político suficiente para que tal suceda. Mas e nós próprios, o que temos vindo a fazer em termos de políticas de condição da língua? António Houaiss disse uma vez em Lisboa, perante uma assembléia escandalizada, que o drama do português é ser falado por 200 milhões de famintos e mal governados. Reconheço o exagero da fala, mas devemos tirar dela a necessária lição.

Vivemos cada vez mais em sociedades multilíngues, em que aprender e usar mais do que uma língua está a tornar-se regra. Já as nossas sociedades rurais foram sempre multilíngues. Hoje as famílias colocam os seus filhos em escolas em que desde a tenra idade vão aprender outra ou outras línguas. Nas organizações internacionais já não entramos em pânico, temendo não perceber nada, pois há sempre um ou mais canais com uma língua que venha em nosso socorro. O Português deveria procurar o seu espaço nesta dinâmica. Das línguas originárias da Europa, temos o inglês a dominar o panorama, segue-se-lhe o espanhol, o francês, mas o alemão e o italiano tem vindo a estar atentos. Contudo, vemos também, cada vez mais, o interesse pelo mandarim. Isto significa que o poderio das línguas advém do peso específico das nações que constituem o núcleo dos seus falantes.

//

A língua portuguesa faz parte, é verdade, das línguas mais faladas no mundo. Para além dos oito países que a têm como sua língua de uso oficial e soberano, ela é por via disso uma língua que marca presença na União Européia, no Mercosul, na SADC, na CEDEAO, na CEAC e na União Africana. É suposto ser a CPLP, per si ou através do IILP, os materializadores internacionais que promovam cada vez mais o prestígio dos países falantes e da própria língua. Para isso, cada país de per si e todos em conjunto devem tentar procurar e encontrar mecanismos que nos libertem dos discursos recorrentes em que insistimos de que algo deve ser feito, mas não nos reconhecemos no papel dos actores por quem apelamos para que as coisas sejam mudadas. Somos nós, senhoras e senhores, quem deve fazer algo por nós próprios e mais ninguém.

Muito Obrigado!

Maputo, 25 de Março de 2008